

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO 06/2020  
PREGÃO PRESENCIAL 02/2020**

**(LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE  
PEQUENO PORTE – EPP)**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA  
REALIZAÇÃO DE DESINSETIZAÇÃO NA SEDE DO INSTITUTO  
MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE  
MONTES CLAROS – PREVMOC E SHOPPING POPULAR MÁRIO  
RIBEIRO DA SILVEIRA.**

Interessado: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Recebemos através de impresso na página [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br)  
ou impresso cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Montes Claros, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a Central de Licitações deste Instituto e o Senhor, solicitamos o preenchimento do recibo de entrega do edital e envio ao Setor Responsável por meio do e-mail [licitacaoprevmoc@gmail.com](mailto:licitacaoprevmoc@gmail.com).

A não remessa do recibo exime a Central de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**(LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE  
PEQUENO PORTE – EPP)**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA  
PARA REALIZAÇÃO DE DESINSETIZAÇÃO NA SEDE DO  
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DE MONTES CLAROS – PREVMOC E SHOPPING  
POPULAR MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA.**

**INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: Dia 12/03/2020, às 14h30 min**

**ABERTURA DA SESSÃO: Dia 12/03/2020, às 15h00min.**

**CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na  
*internet* no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), telefone (38) 2211-4255 ou  
na sala da Central de Licitações deste Instituto, situada à Rua Viúva  
Francisco Ribeiro, 150, Centro, Montes Claros/MG, CEP 39.400-114.

**ESCLARECIMENTOS:**

*E-mail:* [licitacaoprevmoc@gmail.com](mailto:licitacaoprevmoc@gmail.com)

Telefone: (38) 2211-4256.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.

## **PREÂMBULO**

O Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC, inscrito no CNPJ sob o n°. 66.489.741/0001-96, com endereço à Rua Viúva Francisco Ribeiro, n°. 150 – Centro, CEP 39.400-114 torna público o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, regido pela Leis Federais n°. 8.666/93 e 10.520/02, Leis Complementares n°. 123/2006 e n°. 147/2014 e demais condições fixadas neste Edital.

### **1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 – O Pregão será realizado em sessão pública, no dia **12/03/2020**, às **15h00min**, na Sala de Licitações deste Instituto, localizada à Rua Viúva Francisco Ribeiro, n° 150, Centro, na Cidade de Montes Claros – MG.

1.2 – O credenciamento dos licitantes terá início no dia **12/03/2020**, às **14h30min**. O credenciamento permanecerá aberto até momento anterior ao início da etapa de lances. Aberta a etapa de lances, não mais será possível credenciar licitantes atrasados.

1.3 – Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 03 de 13 de janeiro de 2020.

### **2 – DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de desinsetização na sede do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC e Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira.

### **3 – DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

3.1 – Cópia deste edital encontra-se disponível na internet, no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), e ainda, poderá ser obtida na sala de Licitações deste Instituto, localizada à Rua Viúva Francisco Ribeiro, n° 150, Centro, na Cidade de Montes Claros – MG, no horário de 8 h às 12 h e de 14 h às 18 h.

3.2 – As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site

www.montesclaros.mg.gov.br, bem como as publicações no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico [www.montesclaros.mg.gov.br/diariooficial](http://www.montesclaros.mg.gov.br/diariooficial), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

3.3 – O licitante que desejar receber informações ou esclarecimentos sobre o processo licitatório deverá, ao retirar o edital no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br), encaminhar à Central de Licitações o recibo de retirada do edital.

3.4 – Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail [licitacaoprevmoc@gmail.com](mailto:licitacaoprevmoc@gmail.com) em até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas.

3.5 – As respostas da Pregoeira às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail, fax, ou disponibilizadas no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br) no campo “Central de Compras”, no link correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.

3.6 – Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, mediante petição a ser enviada para o e-mail [licitacaoprevmoc@gmail.com](mailto:licitacaoprevmoc@gmail.com), ou protocolizadas no Núcleo de Apoio deste Instituto, localizado na Rua Viúva Francisco Ribeiro, nº 150, Centro, Montes Claros/MG, cabendo a Pregoeira decidir sobre o requerimento, auxiliado pelo setor técnico competente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.7 – A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital.

3.8 – O Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC **não se responsabilizará** por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pela Pregoeira, e que, por isso, sejam intempestivas.

3.9 – Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.10 – A decisão da Pregoeira será enviada ao impugnante por e-mail, e será divulgada no site [www.montesclaros.mg.gov.br](http://www.montesclaros.mg.gov.br) para conhecimento de todos os interessados.

3.11 – Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, o interessado que não o fizer até às 17 (dezesete) horas do segundo dia útil que anteceder a data de realização da Sessão Pública do Pregão.

#### **4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 – A participação no presente Pregão Presencial **é restrita a pessoas jurídicas enquadradas ou equiparadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, conforme disposições constantes do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, e ainda, cujo Contrato Social esteja em vigor, registrado no Órgão Competente, com o ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

4.2 – Não poderão participar da presente licitação:

4.2.1 – empresas que não se enquadrem nos termos do art. 3º Lei Complementar nº 123/2006 e/ou se encontrem em uma ou mais das seguintes situações:

4.2.1.1 – que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

4.2.1.2 – que tenham sido declaradas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o PREVMOC, durante o prazo da sanção aplicada;

4.2.1.3 – que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

4.2.1.4 – que tenham sido declaradas impedidas de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Montes Claros, durante o prazo da sanção aplicada;

4.2.1.5 – que incidirem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei 8.666/93, observada a exceção prevista no § 1º do art. 9º da mesma Lei;

4.2.1.6 – cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;

4.2.1.7 – estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

4.2.1.8 – integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.2.1.9 – em consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.3 – A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4.4 – O não comparecimento de pelo menos 3 (três) pessoas jurídicas enquadradas ou equiparadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme disposições constantes do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, implicará na aceitação de participação de pessoas jurídicas que não atendam a tal requisito, até o limite de três licitantes.

4.5 – Na ocorrência da situação em questão, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

4.6 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

4.7 – Para efeito do disposto na cláusula anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.7.1 – A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

4.7.2 – Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do item 5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pela Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.8 – Na hipótese da não contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4.9 – O disposto anteriormente em relação às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte só se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

4.10 – A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte só poderá usufruir dos benefícios legais se fizer constar na fase do credenciamento a documentação que comprove esta condição.

## **5 – DOS ENVELOPES PARA PARTICIPAÇÃO**

5.1 – O certame dar-se-á início às **14h30min do dia 12/03/2020**. A Pregoeira efetuará o credenciamento e receberá os envelopes contendo a **PROPOSTA** e **HABILITAÇÃO** referentes a este Pregão, em sua sala de reuniões, localizada na sede do **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC**, situado na Rua Viúva Francisco Ribeiro, nº 150, Centro, CEP 39.400-114, Montes Claros-MG.

5.2 – A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome do proponente e todos os dados que o identifiquem, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
**NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE PROMOTOR DO PREGÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. XXX/XX.**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/XX**  
**(Razão social da empresa licitante)**  
**(Endereço e telefone da empresa licitante)**

**ENVELOPE Nº. 02 – HABILITAÇÃO**  
**NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE PROMOTOR DO PREGÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. XXX/XX.**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/XX.**  
**(Razão social da empresa licitante)**  
**(Endereço e telefone da empresa licitante)**

5.3 – Todos os documentos necessários à participação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor público autorizado ou cópia apresentando o documento original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

5.4 – Serão aceitas propostas escritas enviadas pelo correio ou entregues por portador sem poderes para formular propostas e praticar atos durante a sessão. O autor da proposta não poderá dar lances ou praticar qualquer ato em seu favor durante a sessão.

5.5 – Na participação via postal, a Declaração de Pleno Atendimento (anexo IV) e a declaração de ME/EPP (se for o caso) devem ser enviadas fora dos envelopes de proposta e habilitação.

5.6 – Em nenhuma hipótese serão recebidos quaisquer envelopes fora do prazo estabelecido no subitem 5.1 deste edital.

## **6 – DO CREDENCIAMENTO**

6.1 – Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

6.1.1 – Tratando-se de representante estatutário legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

6.1.2 – Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 6.1.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

6.1.3 – Declaração conforme modelo do Anexo V do Edital, sob as penas da Lei, de cumprimento dos requisitos legais para qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, demonstrando aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com redação dada pela Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014.

6.1.4 – Declaração de Pleno atendimento, conforme modelo do Anexo IV do Edital, observando-se que todo o teor do conteúdo encontrado no modelo deverá constar na Declaração a ser entregue no certame.

6.2 – Os documentos referentes ao credenciamento não podem ser incluídos nos envelopes de documentação e/ou proposta. Eles deverão, assim que solicitados, ser entregues a pregoeira/equipe de apoio separadamente dos envelopes.

6.3 – Licitantes poderão participar do pregão sem representante credenciado, mas participa apenas com o valor da sua proposta escrita, não podendo ofertar lances, interpor recurso administrativo ou negociar com a pregoeira.

6.4 – A falta de credenciamento não constitui motivo para afastar o licitante do certame, nem desclassificá-lo ou inabilitá-lo.

6.5 – O licitante que não credencia representante, deverá, obrigatoriamente, entregar a declaração de habilitação devidamente assinada (art. 4º, inc. VII, lei 10.520/02) – fora dos envelopes de documentação/proposta, bem como a declaração de condição de ME/EPP (se for este o caso).

6.6 – O credenciamento permanecerá aberto até momento anterior ao início da etapa de lances. Aberta a etapa de lances, não mais será possível credenciar licitantes atrasados.

## **7 – DA PROPOSTA COMERCIAL**

7.1 – A proposta deverá ser formulada preferencialmente em uma via, redigida em idioma nacional, impressa em papel timbrado da licitante por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada as demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado.



7.2 – A proposta de preço deverá ser legível e conter os seguintes elementos:

7.2.1 – Cabeçalho contendo todos os dados que identifiquem o licitante;

7.2.2 – Número do Pregão e do Processo em todas as páginas;

7.2.3 – Descrição do objeto da presente licitação;

7.2.4 – Preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso (em caso de dúvida, prevalecerá o valor por extenso), apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviço da presente licitação;

7.3 – Quaisquer tributos, custos ou despesas, de qualquer natureza, omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ao Instituto sem ônus adicional.

7.4 – **Prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.**

7.5 – Poderão ser cotados números até 02 (duas) casas após a vírgula.

7.6 – Não será admitida **proposta comercial superior** ao valor de referência e nem **cotação inferior à quantidade estabelecida**.

7.7 – O preço ofertado, salvo hipóteses legais, permanecerá fixo e irrevogável.

7.8 – O preço ofertado na proposta ou em cada lance será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não podendo ser alterado após a sua manifestação, seja para mais ou para menos;

7.9 – Serão desclassificadas as propostas que:

7.9.1 – não atendam as exigências e requisitos estabelecidos neste Edital ou imponham condições;

7.9.2 – sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

7.9.3 – apresentem valores manifestamente inexequíveis;

7.10 – Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

7.11 – Não serão motivos de desclassificação as simples omissões irrelevantes para o entendimento da proposta e que não causem prejuízo à Administração.

7.12 – Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

7.13 – O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

## **8 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

8.1 – No Envelope contendo os "*Documentos de Habilitação*" deverão conter os documentos a seguir relacionados:

### **8.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

8.2.1 – registro comercial, no caso de empresa individual;

8.2.2 – ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial;

8.2.3 – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

8.2.4 – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

### **8.3 – REGULARIDADE FISCAL:**

8.3.1 – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.2 – prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, relativa à sede do licitante;

8.3.3 – prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

8.3.4 – prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.5 – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT).

### **8.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:**

8.4.1 – Certidão negativa de pedido de falência ou em recuperação de crédito, expedido pelo distribuidor judicial de sua sede.

8.5 – Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas Públicas, certidões positivas com efeito de negativas, e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.6 – A prova de regularidade com a Fazenda Federal prevista no item 8.3.2 e prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), constante do item 8.3.3, poderão ser substituídas pela Certidão Unificada expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) com vigência a partir de 03/11/2014.

### **8.7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

8.7.1 – Atestado de capacidade técnica que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (com firma reconhecida), em papel timbrado contendo razão social, endereço, telefone, CNPJ e aspectos gerais dos serviços prestados.

8.8 – A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará o licitante.

8.9 – Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

8.10 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente

8.11 – Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

8.12 – Se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13 – Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.14 – A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido a Pregoeira.

8.15 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

8.16 – A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da

Lei Federal nº. 8.666/93, sendo facultado a Pregoeira convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.17 – Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

8.18 – Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos **60 (sessenta) dias** anteriores à data de abertura do Pregão.

8.19 – O licitante obriga-se, nos termos do modelo de Declaração de Pleno Atendimento que consta no Anexo IV deste Edital, a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

## **9 – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

9.1 – No horário e local indicados, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

9.2 – Encerrada a fase de credenciamento, a Pregoeira declarará aberta a Sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta e a Documentação de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

9.3 – A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

9.4 – As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

9.4.1 – Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela.

9.4.2 – Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três).

9.4.3 – No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.5 – A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.6 – O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

9.7 – Os lances deverão ser formulados por itens, em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima, que será estipulada pela Pregoeira e Equipe de Apoio no ato do pregão, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

9.8 – A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, com exceção da melhor proposta.

9.9 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.10 – A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com a finalidade de redução do preço.

9.11 – A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes, apurados mediante pesquisa realizada pelo Setor de Licitações, já juntada aos autos.

9.12 – Após a negociação, se houver, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.13 – Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9.14 – Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

9.15 – A verificação será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.16 – O PREVMOC não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

9.17 – Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

9.18 – Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9.19 – Da Sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, no final será assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

## **10 – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

10.1 – No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 – A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à Autoridade Competente para a homologação.

10.3 – As razões e respectivas contrarrazões recursais deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico [licitacaoprevmoc@gmail.com](mailto:licitacaoprevmoc@gmail.com) ou ser protocolizado no Núcleo de Apoio do PREVMOC até às 17h00min do último dia do prazo, em uma via original, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

10.4 – A Pregoeira não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

10.5 – Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à Autoridade Competente.

10.6 – Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Sendo decididos e se constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.8 – O objeto deste Pregão será adjudicado pela Pregoeira, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.

10.9 – Homologada a licitação, o adjudicatário será convocado a firmar o contrato, o que deverá fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

10.10 – O não atendimento a convocação de que trata o item acima ou a recusa em assinar o contrato sujeitará o adjudicatário às sanções previstas neste edital.

10.11 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso, e desde que ocorra por motivo justificado e aceito pela Administração.

10.12 – Como condição para assinatura do Contrato o adjudicatário deverá manter as mesmas condições habilitatórias exigidas no Edital.

10.13 – Quando a adjudicatária recusar-se a assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, observado o direito de preferência para as ME ou EPP.

10.14 – Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados no PREVMOC, em dias úteis nos horários de 09:00 hs às 12:00 hs e de 14:00 hs às 17:00 hs.

## **11 – DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

11.1 – Convocado(s) para assinar o instrumento contratual, o(s) licitante(s) vencedor(es) terão o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para proceder com a respectiva assinatura e entrega do instrumento na sede do Instituto.

11.2 – O ato da assinatura do instrumento contratual deverá ser acompanhado da apresentação da seguinte documentação:

11.2.1 – Registro da sociedade empresária responsável pela execução dos serviços especializados junto ao Conselho profissional respectivo, conforme a Resolução n.º 52 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

11.2.2 – Registro do responsável técnico pela execução dos serviços junto ao Conselho profissional respectivo;

11.2.3 – Licenciamento ambiental ou termo equivalente que comprove que a empresa está autorizada a exercer atividade de controle de vetores e pragas urbanas, concedida pelo órgão ambiental competente;

11.2.4 – Alvará sanitário expedido pelo Município sede do licitante vencedor;

## **12 – MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 – A Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

12.1.1 – Advertência;

12.1.2 – Multa, nos seguintes termos:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida.

b) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

c) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93;

12.1.3 – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

12.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2 – O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Montes Claros.

12.3 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Contratante. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.



12.4 – Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

12.5 – A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

12.6 – As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente com aquelas previstas nas Leis Federais nº. 10.520/2002 e 8.666/93, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

### **13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 – Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

13.1.1 – Termo de Referência;

13.1.2 – Modelo de Proposta Comercial;

13.1.3 – Modelo de Procuração;

13.1.4 – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento;

13.1.5 – Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

13.1.6 – Minuta de Contrato.

13.2 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

13.3 – Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

13.4 – Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

13.5 – Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

13.6 – A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de

diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do artigo 43 da Lei nº. 8.666/93.

13.7 – A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

13.8 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o PREVMOC revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

13.9 – O PREVMOC poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13.10 – Para atender a seus interesses, o PREVMOC poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do artigo 65, da Lei nº. 8.666/93.

13.11 – Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Montes Claros\MG, 19 de fevereiro de 2020.

**Débora Fernandes Leal**  
Pregoeira – PREVMOC

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **PROCESSO LICITATÓRIO 06/2020 PREGÃO PRESENCIAL 02/2020**

#### **1. OBJETO**

1.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de desinsetização na sede do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC e Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira.

#### **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1 – A presente contratação justifica-se pelo compromisso do PREVMOC para com a limpeza e organização do Shopping Popular e da sede do Instituto, mantendo o ambiente livre de insetos e pragas comuns a espaços com grande fluxo de pessoas e mercadorias, além de ser relevante citar a existência de comerciantes do ramo alimentício no prédio do Shopping Popular que, por decorrência lógica da atividade-fim de seu negócio, reclamam ambiente asseado e higiênico.

#### **3. QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DE CUSTO**

	<b>Serviço</b>	<b>Complemento</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço Estimado total (R\$)</b>
<b>01</b>	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO QUE DEVERÁ EXTERMINAR RATOS, BARATAS, PULGAS, PULGÕES, FORMIGAS, LACRAIAS, ESCORPIÕES, MOSCAS, CUPINS, ARANHAS CARRAPATOS, ARACNÍDEOS E INSETOS EM GERAL, ALÉM DE CONTROLAR OS VETORES E DEMAIS PRAGAS URBANAS.  DEVERÁ SER FEITO APLICAÇÃO FOCAL E PERIFOCAL COM BOMBA INDUSTRIAL COSTAL EM TODOS OS SETORES; EM SETORES ONDE OCORRE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTO ALÉM DA APLICAÇÃO COM BOMBA DEVERÁ SER FEITO APLICAÇÃO COM GEL.	SERVIÇO A SER EXECUTADO EM TODAS AS DEPENDÊNCIAS DO SHOPPING POPULAR MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA (PRAÇA DR. CARLOS VERSIANI, Nº 1, CENTRO, MONTES CLAROS/MG) EM HORÁRIO NÃO COMERCIAL E PREVIAMENTE AGENDADO PELA ADMINISTRAÇÃO DO SHOPPING).	04	R\$ 11.600,00
	<b>CADA TRATAMENTO DEVERÁ SER</b>			

	<b>REALIZADO A CADA 3 (TRÊS) MESES COMPREENDENDO UM TOTAL DE 4 (QUATRO) TRATAMENTOS NO PERÍODO DE 12 MESES.</b>			
<b>02</b>	<p>SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO QUE DEVERÁ EXTERMINAR RATOS, BARATAS, PULGAS, PULGÕES, FORMIGAS, LACRAIAS, ESCORPIÕES, MOSCAS, CUPINS, ARANHAS CARRAPATOS, ARACNÍDEOS E INSETOS EM GERAL, ALÉM DE CONTROLAR OS VETORES E DEMAIS PRAGAS URBANAS.</p> <p>DEVERÁ SER FEITO APLICAÇÃO FOCAL E PERIFOCAL COM BOMBA INDUSTRIAL COSTAL EM TODOS OS SETORES; EM SETORES ONDE OCORRE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTO ALÉM DA APLICAÇÃO COM BOMBA DEVERÁ SER FEITO APLICAÇÃO COM GEL.</p> <p><b>CADA TRATAMENTO DEVERÁ SER REALIZADO A CADA 6 (SEIS) MESES COMPREENDENDO UM TOTAL DE 2 (DOIS) TRATAMENTOS.</b></p>	<p>SERVIÇO A SER EXECUTADO EM TODAS AS DEPENDÊNCIAS INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS – PREVMOC (RUA VIÚVA FRANCISCO RIBEIRO, Nº 150, CENTRO, MONTES CLAROS/MG) EM HORÁRIO NÃO COMERCIAL E PREVIAMENTE AGENDADO PELA ADMINISTRAÇÃO DO PREVMOC.</p>	<b>02</b>	<b>R\$ 1.446,66</b>

#### **4. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA**

4.1 – Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do futuro contrato administrativo firmado em razão desta licitação correrão à conta do orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros, dotação orçamentária:

**PREVMOC:** 230204.122.0074.2170.3339039.000000

**SHOPPING POPULAR:** 230504.122.0080.2177.3339039.000000

#### **5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO**

5.1 – A prestação do serviço dar-se-á de forma parcelada durante a vigência do contrato administrativo, consoante especificações do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

5.2 – O envio da Ordem de Serviço à Contratada poderá ser efetivado via fax ou qualquer outro meio de comunicação hábil.

5.3 – A Contratada deverá agendar os procedimentos no prazo não superior a 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, na sede do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC, localizado na Rua Viúva Francisco Ribeiro, nº. 150, Centro, e no Shopping Popular Mário

Ribeiro da Silveira, localizado na Praça Doutor Carlos, n.º. 1, Centro, ambos nesta cidade de Montes Claros/MG.

5.4 – O recebimento da prestação de serviços será feito pelo PREVMOC, que atestará por um servidor devidamente identificado, no documento fiscal correspondente, a entrega do objeto, nas condições exigidas, constituindo tal atestado requisito para a liberação dos pagamentos à Contratada.

5.5 – Por ocasião da entrega do objeto a contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento.

5.6 – Constatadas irregularidades no objeto, o Contratante poderá:

5.6.1 – se disser respeito à qualidade ou quantidade, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.6.2 – na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1 – O pagamento será efetuado **conforme prestação efetiva dos serviços contratados** em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à seguridade social e regularidade trabalhista vigentes.

6.2 – Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento.

6.3 – O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo de 30 (trinta) dias, estipulado para o pagamento, será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

6.4 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.

6.5 – Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 – Cumprir fielmente as exigências deste Edital, de modo que os serviços sejam prestados de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2 – Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

7.3 – Responsabilizar-se por acidentes, indenizações a terceiros, seguros de vida, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da negligência, imprudência, descuido, irresponsabilidade, etc. dos empregados, na sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade por parte do PREVMOC;

7.4 – Responsabilizar-se pelo transporte dos seus empregados, caso necessário, sem custo adicional para a CONTRATANTE;

7.5 – Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e /ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, em decorrência do objeto do presente termo contra o PREVMOC;

7.6 – Indenizar o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

7.7 – Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n.º. 8.666/93 e no presente Edital.

7.8 – Cumprir os prazos previstos neste Edital

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 – Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada prestação do serviço, objeto da presente contratação, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

8.2 – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.

8.3 – Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas,

nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

8.4 – Rejeitar todo e qualquer prestação de serviço em desconformidade com as especificações deste Edital.

8.5 – Efetuar o desconto de Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título (CRFB/1988, artigo 158, I)

## **9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

9.1 – Observado o disposto no artigo 67 da Lei n. 8.666/93, a gestão/fiscalização da entrega do objeto será realizada pela Gerência do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira e Divisão de Compras do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC.

9.2 – A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

9.3 – A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

9.4 – Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, o titular da fiscalização deverá, de imediato, comunicar por escrito à CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no edital, no Termo de Referência e no Contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

9.5 – A CONTRATADA deverá receber, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando-as, juntamente com as certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, em vigor, à CONTRATANTE para posterior pagamento;

9.6 – A CONTRATANTE deverá anexar aos autos do processo correspondente, cópias dos documentos escritos que comprovem as comunicações/solicitações de providências.

## **10 – CONDIÇÕES GERAIS**

10.1 – Ao Presidente do PREVMOC compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

10.2 – A anulação do Pregão induz à do contrato.

10.3 – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

10.4 – É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

10.5 – O PREVMOC reserva para si o direito de alterar quantitativos sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido ao disposto no §1º, do artigo 65, Lei nº 8.666/93.

10.6 – O PREVMOC reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto/serviço em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas.

10.7 – A contratação não estabelece nenhum vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o PREVMOC e os agentes, prepostos empregados ou demais pessoas da Contratada, sendo ela a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

10.8 – Todas as demais disposições sobre o objeto a ser contratado constarão do respectivo Edital e seus anexos.



**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**PROCESSO LICITATÓRIO 06/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL 02/2020**

... Timbre ou identificação do Licitante ...

Ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros-  
PREVMOC

Senhora Pregoeira,

Atendendo ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020**, na modalidade **PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 02/2020**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, apresentamos nossa  
proposta:

Montes Claros/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Assinatura do Representante Legal.

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROCURAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020**

**OUTORGANTE:** ....., (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ..... ) ou (pessoa física, inscrita no CPF sob o nº .....), com sede na Rua ....., nº ....., bairro....., na cidade de ....., Estado de ..... (neste ato representado) pelo(a) sócio/diretor/procurador), Sr. (a) ....., .....(nacionalidade), ..... (estado civil), ..... (profissão), portador(a) do RG nº ..... e do CPF nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., na cidade de ....., Estado de .....,

**OUTORGADO:** Sr. (a) ....., ..... (nacionalidade), .....(estado civil), ..... (profissão), portador(a) do RG nº ..... e do CPF nº....., residente e domiciliado na Rua ....., nº....., bairro ....., na cidade de ....., Estado de .....;

**PODERES:** ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representá-lo(a) no procedimento licitatório, especificamente do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020** do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros-MG, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

Montes Claros/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Outorgante

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

#### PROCESSO LICITATÓRIO 06/2020 PREGÃO PRESENCIAL 02/2020

A sociedade empresária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n° \_\_\_\_\_, localizada na \_\_\_\_\_, por seu representante legal signatário, declara ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação no **PROCESSO LICITATÓRIO n° 06/2020 – PREGÃO PRESENCIAL n° 02/2020**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, e se compromete cumprir as disposições contratuais conforme as descrições editalícias, desconsiderado qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.

Declara também, para fins do disposto no inciso V do artigo 27, da Lei n°. 8.666/93 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Declara, ainda, para os fins requeridos no inciso III, artigo 9º da Lei n°. 8.666/93 e 100 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, que não tem em seus quadros de empregados, servidores públicos da Contratante, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções, exercendo atribuições de gerência, administração ou tomada de decisões.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Loca e data.

Assinatura do Representante Legal

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP**

**PROCESSO LICITATÓRIO 06/2020  
PREGÃO PRESENCIAL 02/2020**

A sociedade empresária \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu  
representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador  
do Documento de Identidade nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº.  
\_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais  
para qualificação como \_\_\_\_\_ (incluir a condição da  
empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), artigo 3º da Lei  
Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do §4º  
deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42  
a 49 da citada lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

## **ANEXO VI**

### **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO** **PROCESSO Nº. 06/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020**

São partes neste contrato, através de seus representantes signatários, como **CONTRATANTE o INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS - PREVMOC**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 66.489.741/0001-96, sediado na Rua Viúva Francisco Ribeiro, nº. 150, Centro, nesta cidade de Montes Claros/MG, com o CEP. 39.400- 114, aqui representado pelo seu Presidente, Sr. ...., e como **CONTRATADA**, a sociedade empresária ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. ...., sediada na Rua/Av. ...., nº. ...., no Bairro ....., na Cidade de ....., com o CEP. ...., neste ato por seu(s) representante(s) legal(is), Sr(a). ...., portador da Carteira de Identidade nº. ...., inscrito(a) no CPF/MF sob o nº .....

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para realização de desinsetização na sede do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros - PREVMOC e Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira, a preço(s) unitário(s) do(s) item(ns) \_\_\_\_\_ do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020**, produto esse adjudicado neste ato à Contratada em decorrência da Licitação supracitada, segundo a Proposta e demais peças integrantes do Edital respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independente de sua transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO**

2.1 – O valor global deste contrato é de R\$......(.....), correspondente ao preço oferecido e a quantidade especificada no Anexo I do Edital – Termo de Referência, do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020**, sendo o mesmo fixo e irrevogável nos termos da legislação vigente.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO**

3.1 – A prestação de serviço dar-se-á de forma parcelada, pelo prazo de **12 (doze meses)**, contados da data de assinatura do contrato administrativo, consoante especificações do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

3.2 – O envio da Ordem de Serviço à Contratada poderá ser efetivado via fax ou qualquer outro meio de comunicação hábil.

3.3 – A Contratada deverá agendar os procedimentos no prazo não superior a 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, na sede do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC, localizado na Rua Viúva Francisco Ribeiro, nº. 150, Centro, e no Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira, localizado na Praça Doutor Carlos, nº. 1, Centro, ambos nesta cidade de Montes Claros/MG.

3.4 – O recebimento da prestação de serviços será feito pelo PREVMOC, que atestará por um servidor devidamente identificado, no documento fiscal correspondente, a entrega do objeto, nas condições exigidas, constituindo tal atestado requisito para a liberação dos pagamentos à Contratada.

3.5 – Por ocasião da entrega do objeto a contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento.

3.6 – Constatadas irregularidades no objeto, o Contratante poderá:

3.6.1 – se disser respeito à qualidade ou quantidade, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

3.6.2 – na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 – O pagamento será efetuado **conforme prestação efetiva dos serviços contratados** em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à seguridade social e regularidade trabalhista vigentes.

4.2 – Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio do

Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento.

4.3 – O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo de 30 (trinta) dias, estipulado para o pagamento, será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.

4.5 – Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1 – O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua respectiva assinatura.

#### **CLÁUSULA SEXTA – REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO E CLÁUSULAS COMPLEMENTARES**

6.1 – O presente contrato rege-se pelas normas consubstanciadas nas Leis Federais nº. 10.520/2002 e 8.666/93, complementadas suas cláusulas pelas normas contratuais constantes do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020**, homologada em.....

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 – A dotação orçamentária será conforme especificado no Anexo I do edital, sendo facultado ao PREVMOC modificá-la unilateralmente quando assim lhe convier.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 – Cumprir fielmente as exigências deste Edital, de modo que os serviços sejam prestados de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2 – Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de

âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

8.3 – Responsabilizar-se por acidentes, indenizações a terceiros, seguros de vida, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da negligência, imprudência, descuido, irresponsabilidade, etc. dos empregados, na sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade por parte do PREVMOC;

8.4 – Responsabilizar-se pelo transporte dos seus empregados, caso necessário, sem custo adicional para a CONTRATANTE;

8.5 – Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e /ou ações judiciais e/ ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, em decorrência do objeto do presente termo contra o PREVMOC;

8.6 – Indenizar o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

8.7 – Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n°. 8.666/93 e no presente Edital.

8.8 – Cumprir os prazos previstos neste Edital

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1 – Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada prestação do serviço, objeto da presente contratação, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

9.2 – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.

9.3 – Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

9.4 – Rejeitar todo e qualquer prestação de serviço em desconformidade com as especificações deste Edital.

9.5 – Efetuar o desconto de Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título (CRFB/1988, artigo 158, I)



## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1 – Observado o disposto no artigo 67 da Lei n. 8.666/93, a gestão/fiscalização da entrega do objeto será realizada pela Gerência do Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira e Divisão de Compras do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros – PREVMOC.

10.2 – A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

10.3 – A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

10.4 – Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, o titular da fiscalização deverá, de imediato, comunicar por escrito à CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no edital, no Termo de Referência e no Contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

10.5 – A CONTRATADA deverá receber, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando-as, juntamente com as certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, em vigor, à CONTRATANTE para posterior pagamento;

10.6 – A CONTRATANTE deverá anexar aos autos do processo correspondente, cópias dos documentos escritos que comprovem as comunicações/solicitações de providências.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

11.1 – O contrato poderá ser rescindido unilateralmente, pela Administração, na ocorrência de quaisquer um dos motivos especificados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 – A Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

12.1.1 – Advertência;

12.1.2 – Multa, nos seguintes termos:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida.

b) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

c) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93;

12.1.3 – Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

12.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2 – O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Montes Claros.

12.3 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Contratante. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

12.4 – Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

12.5 – A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

12.6 – As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente com aquelas previstas nas Leis Federais nº. 10.520/2002 e 8.666/93, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1 – Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na Lei nº. 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que não se faça menção expressa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

14.1 – Qualquer modificação de forma qualitativa ou quantitativa, redução ou acréscimo do objeto ora contratado, bem como prorrogação de prazo poderá ser determinada pela Contratante, lavrando-se o respectivo termo, conforme os artigos 57, §1º, e 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1 – As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de único teor e validade, para um só efeito legal.

Montes Claros (MG), ..... de ..... de 2020.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE  
PREVMOC

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 – \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2 – \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_